

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA REGINA PEREIRA

**Patrimônio Industrial: Arquitetura e Tecnologia no Cenário Cultural
Paranaense.**

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA REGINA PEREIRA

**Patrimônio Industrial: Arquitetura e Tecnologia no Cenário Cultural
Paranaense.**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

CURITIBA

2013

Agradecimentos

Registro aqui meu mais sinceros agradecimentos àqueles sem os quais a realização deste trabalho não teria sido possível: Minha mãe, Nazareth, que não desistiu de mim mesmo quando eu já havia desistido, Paulo Céésar, que depositou em mim grande confiança e ofereceu oportunidades que eu nem poderia imaginar, e o professor Dennison, que foi tão gentil em aceitar me conduzir através desta etapa.

Em especial agradeço ao meu pai, que não viveu para compartilhar este momento, mas esteve comigo em pensamento por todo o tempo, e segue me dando força ante às adversidades do percurso.

“ Os edifícios antigos não nos pertencem. Em parte, são propriedade daqueles que os construíram; em parte, das gerações que estão por vir. Os mortos ainda têm direitos sobre eles; aquilo por que se empenharam não cabe a nós tomar. Temos liberdade de derrubar o que construímos. Da mesma forma, o direito sobre obras a que outros homens dedicaram a vida para erigir não desaparece com a sua morte. ”

John Ruskin

Resumo

Este trabalho se propõe a refletir sobre o lugar do patrimônio histórico de natureza industrial no cenário cultural contemporâneo no estado do Paraná buscando compreender o modo como interações sociais e econômicas tendem a modificar o espaço urbano, esvaziando de função grandes áreas industriais que pendem ao abandono e à destruição. Os significados subjetivos fomentados pela indústria no imaginário moderno, bem como a constituição de um campo de interesse científico em torno do Patrimônio Industrial denotam tendências de preservação e renovação do espaço urbano com as quais as especificidades desta categoria de patrimônio ainda buscam conformidade. No caso paranaense, o principal vetor do desenvolvimento econômico e tecnológico está representado pela indústria ervateira, que ajudou a consolidar um conceito moderno de fábrica e legou ao estado, a despeito de sua importância notável, um único bem industrial tombado pelo IPHAN, um engenho de mate do século XIX recentemente convertido em museu. O estudo deste tombamento demonstra a falta de posturas de preservação e a limitada representatividade do Patrimônio Industrial junto à sociedade civil.

Palavras-chave: *patrimônio industrial, tecnologia, erva-mate.*

Sumário

Lista de Abreviaturas	7
Introdução	8
1. Indústria, monumento à modernidade	11
2. Patrimônio Industrial	15
3. Um Panorama Brasileiro	22
4. Tecnologia Ervateira	30
5. O Patrimônio do Mate	37
Conclusão	45
Fontes	47
Bibliografia	48

Lista de Abreviaturas

CEPHA – Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRFM – Industrias Reunidas Francisco Matarazzo

SECE – Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Paraná

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICCIH – The International Committee for Conservation of Industrial Heritage

Introdução

Constituída como área de interesse científico apenas recentemente, o que se convencionou chamar arqueologia industrial tem suas diretrizes metodológicas pautadas pela arqueologia, tecnologia e economia com o sentido de compreender historicamente o desenvolvimento industrial como motor da urbanização nas sociedades contemporâneas. Deste modo, o patrimônio representado por instalações industriais, arquitetura, maquinário e mobiliário fabril passa, além de desempenhar função educacional em sentido museológico, a figurar ativamente enquanto representação de interações culturais entre técnica e sociedade numa perspectiva histórica dinâmica.

A historiografia sobre o tema remonta à Europa da década de 50 onde, a destruição sumária de bens industriais num contexto pós Segunda Guerra Mundial suscitou importantes questões sobre o valor histórico e a necessidade de preservação de monumentos que testemunhavam as transformações sociais e tecnológicas trazidas no bojo da Revolução Industrial, pois, tendo sido a Inglaterra país pioneiro no processo de industrialização muitos seriam os vestígios por ela deixados, dentre fábricas, máquinas, máquinas a vapor e locomoveis para geração de energia, além de canais e estradas de ferro. A discussão tem gerado interesse de estudiosos de diversas áreas, como historiadores, arqueólogos, geólogos e engenheiros, e assim, nesta confluência de *métiers* segue pelos dias atuais.

No campo intelectual brasileiro este ainda é um tema pouco explorado sob a ótica da arqueologia científica, mas se faz pontuar entre as ciências humanas sob o recorte do patrimônio histórico, isto é, enquanto bens culturais. Primando por este viés, foram consultados documentos constituintes do acervo da Fundação Cultural de Curitiba e Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, além de uma restrita bibliografia histórica que perpassa o tema da industrialização e do desenvolvimento da economia ervateira no estado como pesquisa para o arrolamento dos espaços explorados no presente estudo.

Historicamente, a expressividade industrial do estado do Paraná sempre foi limitada em comparação a outras regiões do país. A industrialização tardia, somada a planos de urbanização que sempre dirigiram boa parte das fábricas para fora dos limites urbanos restringem maciçamente nosso campo de pesquisa, que acaba

confinado a alguns remanescentes esparsos ou núcleos planejados para serem ocupados pela indústria, como foi o caso do bairro Rebouças, na capital paranaense. Com exceção da CIC, Cidade Industrial de Curitiba, concebida na década de 70 como distrito voltado para concentração de indústrias, vestígios de instalações fabris subsistem pontualmente.

A metodologia empregada nesta seleção, embora procure aproximar-se dos métodos de pesquisa científica em Arqueologia Industrial registrados na bibliografia estrangeira, especialmente na historiografia técnica inglesa, leva em consideração que diferenças nos contextos social e histórico fazem do Patrimônio Industrial brasileiro um objeto de estudos carregado de especificidades. Por este motivo abrimos mão do detalhamento de informações que o recurso a entrevistas e à metodologia da história oral proporcionaria, em prol de uma abordagem historiográfica dos meios pelos quais se desenvolveu o campo do Patrimônio Industrial, além de contextualização histórica das fontes relacionadas ao caso específico do tombamento do Engenho de Mate da Rondinha, em Campo Largo-PR, que representa atualmente o único bem de natureza industrial preservado em esfera federal no Paraná.

O seccionamento dos capítulos aqui apresentados corresponde não apenas às etapas de execução do trabalho de pesquisa, mas aos meios de compreensão e desenvolvimento de uma abordagem do objeto de análise. Assim, o primeiro capítulo, intitulado *Indústria, Monumento à Modernidade*, convida à reflexão sobre o papel da indústria no desenvolvimento urbano e sua representatividade cultural na forma da construção de significações subjetivas, além de interações com a potencialidade das transformações atribuídas à modernidade a partir da leitura de Dezen-Kempter (2011) sobre Sharon Zukin.

O *Patrimônio Industrial* com suas origens historiográficas e delimitações epistemológicas são o tema do segundo capítulo deste estudo, que faz um resgate do surgimento da indústria como foco de interesse de preservação patrimonial, além da constituição de uma metodologia para tratar especificamente desta qualidade de vestígios materiais, a Arqueologia Industrial, com base na definição proposta pela Carta de Nizhny-Tagil sobre o Patrimônio Industrial (2003).

Compreender o desenvolvimento de semelhante consciência de preservação, além de conhecer os caminhos seguidos por pesquisadores

brasileiros neste tema é o objetivo do terceiro capítulo, *Um Panorama Brasileiro*. Nele também abordamos algumas das posturas governamentais de salvaguarda do Patrimônio Industrial brasileiro, bem como os obstáculos que caracterizam peculiaridades da preservação de complexos fabris paranaenses tomando como exemplo as instalações das IRFM em Antonina e Jaguariaíva, e a conversão da Fundação Mueller em shopping center, em Curitiba.

A partir do quarto capítulo, *Tecnologia Ervateira*, adentramos o universo social e tecnológico fomentado pela industrialização do beneficiamento da erva mate no Paraná através da leitura da monografia do juiz Macedo Soares (1897), e trechos traduzidos da obra *Le Maté et Les Conserves de Viande* (1891), do francês Louis Couty, ambas sobre a tecnologia do mate. A contextualização de reflexos econômicos e sociais do desenvolvimento industrial ervateiro no Paraná se baseia também na leitura do texto de João de Mío publicado em 1951 em boletim do IHGP, no tratado *História Econômica do Mate*, de Temístocles Linhares (1961), e *Semeando Iras Rumo ao Progresso*, de Magnus Roberto de Mello Pereira (1996).

Com base em dados coletados junto ao IPHAN e ao CEPHA, foi possível estabelecer no quinto capítulo, *O Patrimônio do Mate*, um retrospecto crítico sobre o processo de tombamento e museificação do Engenho de Mate da Rondinha, que representa atualmente o único monumento paranaense a figurar dentre os inexpressivos 23 bens industriais tombados em esfera federal. O mencionado capítulo encerra este estudo exploratório das interações entre transformações sociais advindas da industrialização e a construção memorial do patrimônio expondo as vicissitudes da salvaguarda do Patrimônio Industrial brasileiro.

1. Indústria, monumento à modernidade

Elemento estruturante da construção urbana, a indústria pode ser percebida também como elemento simbólico no sentido de definir um senso de identidade, seja nacional ou regional, na forma de monumento do trabalho. O crescimento de sua representatividade social enquanto parte de um corpus patrimonial demonstra gradativa conscientização da importância de se compreender os processos evolutivos da tecnologia e transformação das atividades que predominam nas cidades, bem como sua ação sobre o espaço.

As cidades são por excelência palco do complexo sistema de interações que se estabelece entre atores, atividades e o próprio território. Nele, ficam evidentes as construções motivadas por tais interações na forma de espaços modificados por estruturas arquitetônicas e de maquinaria, como chaminés, fachadas em tijolos, os telhados característicos das antigas fábricas e as gruas dos portos, elementos responsáveis também pela construção imagética e simbólica de espaços que através do tempo são transformados de acordo com as conveniências socioeconômicas, sendo assim passíveis de novos usos e novas interpretações.

No entanto, a despeito das transformações que se operam no espaço, a representação simbólica do lugar industrial se preserva de modo imaterial, na forma de valores que consolidam o imaginário da urbanização, ainda bastante ligado à expansão das cidades em razão do desenvolvimento industrial de fins do século XVIII e ao longo do século XIX, período em que se estrutura o conceito de cidade moderna.

Sendo assim, para que possamos interpretar o legado da indústria sobre a cidade e entendê-lo como parte fundamental do patrimônio cultural é preciso compreender a especificidade das marcas que definem o espaço e constroem o imaginário através de representações simbólicas, havendo que se considerar também que este desenvolvimento toma lugar num contexto em que as transformações dos meios de produção e distribuição de mercadorias tendem a promover o afastamento das atividades fabris para a periferia do núcleo urbano, esvaziando de função significativas áreas dos centros das cidades. Sobre esta tendência, Zukin (2000, 108) aponta que

A mudança em larga escala do final do século XX, conhecida como 'desindustrialização' ou como a criação de uma economia de serviços e 'informação', exige que cada paisagem seja reestruturada para refletir sua inserção na nova economia mundial. A cada negociação em torno dessa inserção, modifica-se o equilíbrio de poder entre as instituições locais; algumas delas perdem o controle sobre a paisagem local. (ZUKIN apud. DEZEN-KEMPTER: 2011, 110)

Neste sentido, tendências mundiais refletem novos possíveis usos para áreas industriais desocupadas ou degradadas. Em 1989 Zukin escreve sobre sobre um fenômeno urbano e cultural que já se observava em algumas das principais capitais americanas e europeias, o loft living, que *in terms of terrain and markets rather than "lifestyle" links changes in the built environment with the collective appropriation of public goods.*¹ (ZUKIN, 1989: 112).

Por outro lado, o uso coletivo de complexos de natureza industrial é preservado em projetos como o IBA Emscher-Park, que vem recuperando desde meados da década de 80 antigas indústrias de carvão e aço no norte da Alemanha que passaram a abrigar parques e centros culturais. De acordo com Castello (2003) *"o IBA apresenta uma sucessão de variações exemplares através das quais ensaia como promover o re-uso simbólico do significado cultural oferecido pela arquitetura"*.

Figura 1: Landschaftspark em Duisburg-Nord, Alemanha. (imagem: wikimedia.org)



1 em termos de terrenos e mercado mais que 'estilo de vida' ligam-se as mudanças no ambiente construído com a apropriação coletiva de bens públicos. Tradução livre.

Em nossa realidade, podemos observar que a consequência mais imediata dos processos de transformação e ressignificação do ambiente urbano é a correlação de novos espaços a grandes vazios funcionais dotados de forte carga identitária reforçados por aspectos visuais característicos da arquitetura industrial, espaços os quais Hobsbawm (1995, 297) denomina “cinturões de ferrugem”.

Por constituir o espaço físico da cidade, a arquitetura deve ser compreendida como elemento referencial em seu desenvolvimento histórico, no qual interagem através do tempo diversas influências, capazes de imbuí-la de determinados aspectos culturais característicos a cada sociedade e a cada época. Ao se pensar o legado da indústria, nos vemos então diante de um importante questionamento referente à sua categorização, pois o edifício fabril deslocado de sua atribuição original ainda é capaz de expressar a primordialidade da fábrica como objeto de análise do modo de vida, trabalho e simbologia memorial?

Ainda que existam controvérsias quanto a seus usos e sentidos de ressignificação, podemos concluir que o elemento industrial representa na paisagem urbana o corpo visível não só de um arcabouço de tradições mas do desenvolvimento econômico e estrutural de uma sociedade, e a esta cabe a atribuição do valor patrimonial com base em suas próprias qualidades culturais na medida em que

o sentido de monumento evoluiu com o tempo; a consagração de edificações industriais como patrimônio provoca, ao mesmo tempo, encantamento e espanto pela sua proeza técnica e seu tamanho, muitas vezes colossal. Todo o conjunto de operações de valorização do monumento busca revelar seu caráter histórico, artístico e memorial. Nossa responsabilidade é saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade encontra-se engajada na sua relação com a sua transmissão às gerações futuras. (DEZEN-KEMPTER:2011, 111)

Portanto, ao se pensar a patrimonialização dos bens industriais é importante que sejam percebidos também valores imateriais concernentes aos saberes do trabalho industrial, que no atual contexto de rápidas transformações tecnológicas sociais tendem a se perder com maior facilidade, pois estes são valores que se encontram, de certo modo, cristalizados no corpo material do

patrimônio industrial, e não levá-los em consideração no conjunto de argumentação do tombamento destes monumentos equivale, na visão de Rodrigues (2010, 35), enfraquecer o aspecto cultural de sua valoração patrimonial.

Destarte, reconhecer o sentido histórico da modernização industrial e, conseqüentemente, urbana no Paraná constitui uma etapa imprescindível no processo de construção da memória das cidades, na medida em que pode ser considerado um aspecto cultural de demarcação do interesse histórico e cultural. Sua inclusão no corpus patrimonial representa, portanto, a ampliação dos limites de compreensão do que constituem objetos e/ou lugares de memória para estender sua demanda por preservação aos espaços industriais da cidade.

2. O Patrimônio Industrial

O patrimônio industrial suscita em essência uma série de questões bastante atuais em relação à conservação de estruturas, em geral de grande porte, sejam elas arquitetônicas, maquinaria ou produtos que se encontram deslocadas de sua atribuição funcional original pelas transformações sociais e tecnológicas do trabalho. Para compreender de que modo a reflexão sobre o legado da indústria tornou-se objeto e ajudou a fomentar um novo campo de estudos, é preciso recuar até o momento em que foram feitos os primeiros esforços no sentido de empreender sua análise e preservação.

O desenvolvimento de consciência sobre um passado industrial favoreceu a ampliação do campo de interesse patrimonial, passando a incluir no rol de edifícios históricos além das construções fabris, infra-estruturas de comunicação e geração de energia, tais como as usinas. No entanto, a celeridade dos processos de transformação em âmbitos social, econômico, urbano e demográfico ao longo do século XX e início do XXI têm levado à obsolescência e, conseqüentemente, à destruição muitos dos monumentos que testemunham um passado pouco distante, e em diversos países.

No que toca à indústria, questão do patrimônio histórico se torna ainda mais intrincada no sentido de preservar complexos que muitas vezes ocupam vastas áreas da paisagem urbana sem desempenhar qualquer função social ou gerar lucro. Vítimas da especulação imobiliária, deixam de existir não apenas os próprios edifícios fabris, mas também qualquer vestígio de sua atividade, práticas, ofícios, bem como vestígios históricos das condições de trabalho e cotidiano dos operários, isto é, o patrimônio imaterial que por excelência é capaz de ajudar a restabelecer relações sociais no espaço urbano.

Parece pouco surpreendente afirmar que foi a Inglaterra o primeiro lugar onde a conscientização sobre este tema tomou corpo evidente, pois sua vasta herança industrial constitui parte indissociável do próprio patrimônio cultural e histórico. Some-se também ao interesse cultural por artefatos industriais o alargamento de certas fronteiras que permitem uma abordagem também estética da construção fabril uma vez que *“a arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo*

uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (CHOAY: 2001, 230).

Uma mobilização mais efetiva foi levada a cabo naquele país no início da década de 60, quando o debate sobre a preservação de monumentos industriais chegou ao grande público através da tentativa por parte de várias organizações e estratos da sociedade em intervir a favor da preservação do Euston Arch, um arco ferroviário construído em 1837 nas proximidades de Londres. O monumento foi demolido em 1962, mesmo ano em que o grandioso edifício de aço e vidro do Coal Exchange em Bunning cedeu lugar a uma avenida.

Figura 2: Euston Arch em Londres, 1896 (imagem: wikimedia.org)



A demolição de importantes testemunhos do passado industrial sem uma avaliação criteriosa motivou a formação da primeira sociedade voltada para o estudo e preservação deste tipo de monumento, a Industrial Monuments Survey que foi fundada em 1963 associada ao Council for British Archaeology - CBA. A intervenção de movimentos pela preservação do patrimônio industrial, lançando mão inclusive de manifestações públicas, conseguiram, de acordo com Kühl (1998, 221), salvar a ponte de Telford sobre o Conway, no País de Gales, e com o passar dos anos têm ganhado maior força e despertado o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas.

A fundação de sociedades de estudo, movimentos e ações

direcionadas para a catalogação e preservação do patrimônio industrial foi motivada, na Inglaterra, pelo que se convencionou chamar Arqueologia Industrial, metodologia que designa o arrolamento, estudo e preservação desta categoria de bens. No entanto, esta terminologia é bastante controversa, e, embora amplamente utilizada, permanecem nebulosas suas balizas temporais e inserção no campo de outras disciplinas.

O primeiro uso da expressão *industrial archaeology* remonta a um artigo publicado em 1955 na revista *The Amateur Historian* no qual o autor, o pesquisador britânico Michael Rix aponta a condição geral de abandono dos bens industriais e destaca a necessidade de se lutar pela preservação de remanescentes físicos e documentação geral referente à história industrial da Inglaterra. De acordo com Rix:

*Great Britain as the birthplace of the Industrial Revolution is full of monuments left by this remarkable series of events. Any other country would have set up machinery for the scheduling and preservation of these memorials that symbolise the movement which is changing the face of the globe, but we are só oblivious of our national heritage that apart from a few museum pieces, the majority of these landmarks are neglected or unwittingly destroyed.*² (RIX apud. PALMER e NEAVERTON: 1998, 1)

Mas em que, de fato, constitui esse patrimônio industrial que urge ser preservado? No ensejo de estabelecer os critérios que responderiam a tal pergunta, a Inspetoria de Monumentos Antigos do Ministério de Obras britânico declara que:

um monumento industrial é qualquer edificação ou estrutura permanente, especialmente do período da Revolução Industrial que, sozinha ou associada à instalação primária para equipamento ilustra o começo e desenvolvimento dos processos industriais e técnicos, incluindo os meios de comunicação. (RAISTRICK apud. KÜHL: 1998, 222)

² “A Grã-Bretanha por ser o local de nascimento da Revolução Industrial se encontra repleta de monumentos legados por esta notável série de eventos. Qualquer outro país teria organizado seus maquinários para catalogação e preservação destes memoriais que simbolizam um movimento que mudaria a face do globo, mas nós somos tão negligentes com nosso próprio patrimônio nacional que, excluindo-se uma ou outra peça de museu, estes marcos estão abandonados ou irremediavelmente destruídos” Tradução livre.

Esta definição, dentre algumas variantes aproximadas, delimita como monumento industrial por excelência os remanescentes físicos do período da Revolução Industrial, dado seu profundo enraizamento local e expansão de longo alcance através do globo. Embora monumentos de natureza semelhante estivessem ameaçados em diversos outros países, é bastante compreensível que a conscientização sobre a condição dos mesmos tomasse lugar junto ao berço da industrialização mundial.

Diferentemente da arqueologia histórica, na qual

se devem reconhecer as particularidades metodológicas do estudo de sociedades com escrita e com documentos, examinando os papéis históricos e singulares que a escrita possui na comunicação, representação e na própria construção discursiva da disciplina Arqueologia (FUNARI, 2007: 37)

a Arqueologia Industrial passa a corresponder ao estudo do desenvolvimento técnico e transformações sociais motivadas pela implementação da indústria. Contudo, pautar o campo de estudo exclusivamente pelo desenvolvimento nas ilhas britânicas seria errôneo, uma vez que o alcance e o impacto destas transformações se fizeram sentir de diferentes maneiras noutros países, implicando também em diferenciações temáticas e cronológicas.

Rapidamente o interesse pelo campo da Arqueologia Industrial ultrapassou as fronteiras britânicas e conforme publicação de Rosa (2011), rapidamente a França teve sua primeira publicação do gênero, a revista *L'Archeologie Industrielle*, organizada pelo professor de História da Ciência Maurice Daumas. Nos Estados Unidos Robert M. Vogel foi um dos responsáveis pela fundação da *Society for Industrial Archeology (SIA)* em 1971, ao passo que na Itália o tema ganhou relevo através dos trabalhos de Massimo e Antonello Negri, assim como na Suécia com Marie Nisser. Em 1973, autores oriundos destes países, além de Canadá, Holanda, Irlanda, Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, participaram do Primeiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais – FICCIM – evento que marcou também o início das atividades de um importante museu e instituto dedicado ao estudo da história da

indústria, o Ironbridge Gorge.

O desenvolvimento global do campo de pesquisa levou à realização de edições posteriores da Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos Industriais em 1975 na Alemanha, e 1978 na Suécia, até que em 1981 na conferência em Lyon e Grenoble foi formalizada a fundação de um órgão internacional voltado para a salvaguarda do patrimônio industrial: o TICCIH, sigla para The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.

Na convergência entre História e tecnologia, o estudo do patrimônio industrial passou a permitir a multiplicidade de abordagens segundo valores atribuídos ao vestígio industrial na forma do registro ou testemunho de atividades sociais, desenvolvimento tecnológico, ciclos econômicos, ou ainda através da exploração de características arquitetônicas das construções fabris, fatores esses explorados de maneiras diversas por pesquisadores especialistas nos mais diferentes campos do conhecimento.

A pluralidade de abordagens permitidas à análise dos monumentos industriais e a diversificação de fins aos quais estas se dedicam suscitam importantes questões acerca da epistemologia deste campo de estudos. Em se tratando da arqueologia industrial, embora seja esta uma terminologia largamente aceita segundo consta em Kühl (1998, 222), a própria conjunção dos termos “arqueologia” e “indústria” é bastante controversa dado que em separado os termos não têm enunciação comum. Por isso, sobre o caráter arqueológico da arqueologia industrial, Buchanan (1972, 7) propõe que este é definido pela utilização de evidência física para a interpretação e reconstrução do passado das sociedades humanas, de modo a tornar necessário o desenvolvimento de uma metodologia adequada ao tratamento de vestígios físicos. Este direcionamento se distinguiria do tipo de discussão proposto pela História Econômica ou pela História Social do Trabalho na mesma medida em que aproxima o processo de método utilizado pela Arqueologia. Ainda segundo Buchanan (1972, 21)

Industrial Archaeology is a field of study concerned with investigating, surveying, recording and, in some cases, with preserving industrial monuments. It aims, moreover, at assessing the significance of these monuments in the context of social and technological history. For the purposes of this definition, an 'industrial monument' is any relic of an

*obsolete phase of an industry or transport system, ranging from a Neolithic flint mine to a newly obsolete aircraft or electronic computer.*³

No entanto, a epistemologia “arqueológica” acabou por exercer influência determinante sobre a maneira como se estruturaram os estudos no campo da arqueologia industrial, de forma que preponderou uma abordagem voltada aos processos e estruturas tecnológicas em detrimento de uma compreensão do universo social no qual se inclui a fábrica. Como consequência da hegemonia desta abordagem técnica tem-se uma série de trabalhos descritivos, muito específicos no que toca ao desenvolvimento da atividade fabril mas metodologicamente questionáveis, dado que tomam por arqueologia uma ideia ainda bastante restrita à escavação de sítios.

Um dos principais críticos desta noção restrita de arqueologia é o pesquisador britânico Kenneth Hudson, que recorre à máxima crawfordiana de que “a arqueologia é apenas o tempo passado da antropologia” (HUDSON: 1976, 17) para fundamentar o apelo da arqueologia industrial ao produto cultural de tempos passados da sociedade humana. Embora trabalhos de natureza descritiva ainda representem uma porcentagem significativa das publicações nesta área, a progressiva expansão do campo de pesquisa tem levado a abordagens mais analíticas quanto ao ambiente urbano e social do monumento industrial (PALMER e NEAVERSON: 1998, 3).

Constatada ao longo de uma série de discussões sobre o escopo do patrimônio industrial, a necessidade latente de se compreender a dinâmica do espaço social em relação ao processo técnico de produção revela que nem sempre a investigação exclusiva de vestígios físicos é capaz de ilustrar por si só dimensões mais complexas de interação e significados sociais. Uma metodologia restrita a aspectos materiais falha ao preterir a natureza também imaterial do patrimônio industrial, ignorando a importância social de aspectos como interação com a paisagem urbana e sentidos de identidade que possam estar relacionados. Por isso,

³ “A arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um ‘monumento industrial’ é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram recentemente obsoletos.” In: KUHLMAN, 1998.

no sentido de consolidar um posicionamento sem demais restrições, a Carta de Nizhny Tagil (2003) define que

O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas criadas para ou por processos industriais.

O alargamento dos limites de compreensão do objeto de estudo evidencia sua natureza dual, uma vez que suas fontes, da mesma maneira que representam testemunho material da vida e trabalho no passado, são os instrumentos tornam viável o aprendizado sobre a vida e o trabalho no passado. Portanto, devem ser enfatizados interesses tanto de conservação do legado industrial quanto de análise e pesquisa acadêmica com o sentido de recuperar traços da cultura industrial dotados de significado – seja ele tecnológico ou social – fazendo uso da metodologia de pesquisa para a identificação e registro do patrimônio com vistas à sua salvaguarda.

3. Um panorama brasileiro

Na esfera acadêmica brasileira problemáticas que envolvam o patrimônio industrial ainda têm pouco destaque. Na mesma medida em que o público desconhece o assunto, políticas governamentais que apoiem seu estudo e preservação inexistem, sendo o tema preterido mesmo em debates que toquem à questão da conservação de patrimônio histórico.

Questionar essa tardia “descoberta” do patrimônio industrial exige que se leve em consideração que a industrialização efetiva no Brasil se deu a partir da década de 1930, e conseqüentemente, o impacto da chamada desindustrialização se fez sentir apenas muito recentemente. Deste modo, conforme aponta Rodrigues (2010, 153) foi somente nas últimas décadas que a desativação e desapropriação de grandes complexos urbanos passou a figurar como interesse público, dada a notável destruição de fábricas, armazéns, chaminés e demais marcos memoriais da atividade industrial.

Entretanto, não são apenas os elementos arquitetônicos visualmente associados à memória industrial que se encontram em risco. Embora memoriais desta natureza sejam lugar-comum quando se trata de patrimônio industrial, não podemos esquecer que desde o século XVI o Brasil vive em determinados ciclos econômicos uma experiência se pode chamar pré-industrial, tendo sido empregados no ciclo da cana-de-açúcar

fábricas de moer cana e engenhos para fabrico de aguardente e de açúcar apetrechados essencialmente com tecnologia tradicional assente na tração animal e na força motriz da água, chegando de meados para o final do século XIX o vapor a ser utilizado na moenda por algumas fábricas.
(AZEVEDO: 2010, 20)

Meneguello (2006, 1) aponta que o legado industrial brasileiro tem características únicas por abranger, além da produção de cana-de-açúcar, complexos de mineração e tecnologias empregadas no beneficiamento do café. Todavia esse patrimônio se encontra às margens do abandono, e a destruição sumária de complexos desta natureza⁴, somada a desastrosos projetos

4 Em Curitiba podemos lembrar o recente caso da demolição sede histórica da Leão Júnior S/A no

arquitetônicos de reabilitação geram no panorama brasileiro algo vagamente semelhante ao ocorrido na Grã-Bretanha da década de 50, ou seja, um lento despertar para o patrimônio industrial. A lentidão do processo salta aos olhos ao se perceber a lacuna de 28 anos entre a publicação do primeiro artigo sobre arqueologia industrial no Brasil⁵, em 1976, e a realização do primeiro seminário nacional sobre o tema, em 2004 (ROSA: 2011, 8).

A produção acadêmica sobre o tema tem maior evidência em São Paulo, a dizer, o estado mais densamente industrializado no país. Rosa (2011) destaca como iniciativa pioneira a elaboração de um “Mapa do Patrimônio Industrial de São Paulo” por parte da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) com o objetivo de catalogar estruturas industriais na cidade de São Paulo. Além disso, um marco para a formalização desta área foi a fundação de um braço brasileiro do supracitado TICCIH, com a articulação de um comitê de apoio à salvaguarda do patrimônio industrial para servir de referencial para órgãos públicos e comunidades, além de reunir pesquisadores de diferentes lugares do Brasil em torno da investigação e documentação deste patrimônio.

Além da valorização embrionária do tema no meio acadêmico, pode-se perceber no quadro brasileiro também o crescimento de esforços no sentido de preservar e dar novo uso a construções outrora ocupadas por fábricas. Sobre este propósito, Rodrigues e Camargo citam Choay (2001, 219) para defender que a reutilização dos complexos fabris é uma possibilidade geralmente proporcionada por suas características espaciais – tais como construção sólida, localização estratégica e amplo abastecimento de infra-estruturas – que tornam estes espaços versáteis à redesignação para fins diversos, sejam eles públicos ou privados. As autoras acrescentam que

essas características fazem com que, em muitos casos, as edificações sejam encaradas principalmente pelo potencial econômico agregado, muito mais que pelo potencial sócio-cultural. Dessa forma, esse patrimônio vem

bairro Rebouças, no qual “a liberação das picaretas vai na contramão das políticas mundiais de preservação da memória fabril” FERNANDES, José Carlos. *Sem defesa, fábrica da Matte Leão começa a ser demolida*. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 de abril de 2011.

5 DEAN, Warren. *Fábrica São Luiz de Itu: Um estudo da Arqueologia Industrial*. Anais de História: Assis, ano 8, 1976, pp. 9-25.

sendo objeto de adaptações a diversos usos, como escritórios, restaurantes, mercados, centros culturais, centros esportivos, hotéis, habitação, dentre outros, demonstrando uma intensa viabilidade econômica. (RODRIGUES e CAMARGO: 2010, 150)

Em diversas cidades no Brasil este intento pôde ser verificado não na qualidade de tendência geral, mas através de determinados exemplos largamente explorados quando o assunto é redesignação de função de construções industriais. Dentre os mais conhecidos figuram a Estação da Luz, marco da arquitetura do ferro (KÜHL: 1998, 117) e símbolo da prosperidade da economia cafeeira, cuja construção foi iniciada em 1867 na capital paulista sendo mais de um século depois, em 2006, restaurada e adaptada para receber o Museu da Língua Portuguesa. Além, temos o caso da empresa italiana Olivetti, que diante do declínio do uso da máquina de escrever e posterior incorporação da empresa a um grande grupo internacional, teve o prédio de sua sucursal brasileira em Guarulhos-SP descaracterizado para a conversão em shopping center. Cabe destacar ainda, além de alguns outros exemplares de arquitetura industrial do estado de São Paulo, na cidade de Belém no Pará a criação do centro de lazer e cultura Estação das Docas a partir da transformação de antigos armazéns do antigo porto, e a adaptação da fábrica de vinho de caju Tito e Silva construída em 1892 em João Pessoa na Paraíba em escola municipal para educação de jovens e adultos, conforme mencionam respectivamente Rosa (2011, 8), Mawakdiye (2006), e Dezen-Kempter (2011, 118).

Figura 3: Estação das Docas, Belém do Pará (imagem: estacaodasdocas.com.br)



A herança industrial no Paraná não goza de destaque maior que em qualquer outro estado brasileiro. Na verdade, ao se considerar as peculiaridades de nossa economia predominantemente agrícola e o modo como se deu o processo de industrialização na região, de forma comparativa à quantidade de bens de natureza industrial tombados – isto é, preservados em âmbito público governamental – ou de alguma forma protegidos na esfera privada, percebemos o quanto ainda há para ser feito neste campo. Diversas situações podem exemplificar a perplexidade que o patrimônio industrial ainda gera sobre a público em geral, além da constante dificuldade em ver reconhecido não somente o valor histórico, mas o potencial cultural que se encerra entre os muros das antigas fábricas.

Um dos principais exemplares de requalificação de edifício industrial no Paraná toma lugar na capital Curitiba, onde é inaugurado em 1983 o primeiro shopping center da cidade no local onde por quase um século funcionara a fundição Mueller e Irmãos. A empresa, fundada pelo imigrante suíço Gotlieb Mueller, desempenhou importante papel na industrialização da cidade uma vez que fornecia maquinário para automação de produção agrícola e beneficiamento da erva mate, conforme demonstra anúncio publicado em 1913 no periódico A Tribuna:

Fábrica Industrial Marumby – Fábrica de máquinas, pregos e fundição. Mueller, Irmãos e Cia. – Sucessores de Gotlieb Mueller. Casa fundada em 1878.

Grande depósito de pregos de todos os tamanhos, chapas para fogões, eixos, buzinas e buques para carroças etc. , etc. Encarregam-se de encomendar qualquer máquina inglesa, alemã ou americana para a indústria e lavoura. Máquinas a vapor, moendas para cana, de todos os tamanhos; máquinas e aparelhos modernos para engenhos de hervamatte, prensas automáticas para marcar e tampar barricas de hervamatte, invenção nova. Ferragens para moinhos e engenhos de serra, de construção moderna, aparelhos para fábricas de mandiocas, máquinas para cabos de vassouras. Máquinas elétricas para iluminação. Para-raios. Grades e portões de ferro fundido e batido, fornos, caldeiras, bombas a vapor, bombas para água e outros líquidos. Sinos de bronze para igrejas de todos os tamanhos, fogões econômicos, etc., etc. (A Tribuna, 9 out. 1913. In: BONI, 2001, 115)

Localizado na região central da cidade, o complexo viu suas atividades gradativamente limitadas uma vez que os principais planos diretores da cidade, o plano Agache de 1943 e o plano desenvolvido pela empresa Serete em 1966, previam não apenas o deslocamento das atividades industriais para regiões afastadas do centro, mas também a conversão das proximidades em setor cívico da cidade (YAMAWAKI, DUARTE: 2010, 37). Após a desativação, com a venda do imóvel e subsequente reforma para adaptação do edifício à sua nova atividade, nada restou em seu interior que demonstre o passado industrial da construção ou sua inserção na economia produtiva do estado, sendo preservada apenas a fachada, e ainda assim com profundas alterações responsáveis por descaracterizar o edifício de sua atribuição original.

No mencionado caso, como em tantos outros monumentos readaptados ou mesmo tombados, houve pouca ou nenhuma preocupação em preservar o patrimônio em razão de sua categorização histórica pertinente ao trabalho e à técnica. Em iniciativas mais recentes, como a que veremos a seguir, a característica arquitetônica industrial começa a ser vista como diferencial no argumento de preservação, mas é interessante perceber que dentre os primeiros bens de natureza industrial que foram *estudados e investigados, e em alguns casos passaram por intervenção de restauro, além de terem sido tombados pelo SPHAN* (MOREIRA: 2007, 275) – como a Fábrica de Ferro Patriótica, situada em Ouro Preto e tombada em 1938, além dos engenhos Matoim e Freguesia tombados na década de 40 na cidade baiana de Candeias – os processos se deram anteriormente à difusão da metodologia da arqueologia industrial no Brasil, conforme atesta Moreira (2007).

Uma iniciativa recente na cidade de Jaguariaíva, a 222 quilômetros da capital paranaense, demonstra algum intento de preservar a arquitetura no estilo característico dos edifícios fabris ingleses de fins do século XIX – com seus tijolos aparentes, grandes chaminés e telhado que emula o formato de *shed*. Um dos mais importantes complexos industriais da região, o edifício sede das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) em Jaguariaíva teve sua construção iniciada em 1918 e ocupa localização estratégica uma vez que desfruta de potencial de abastecimento de energia hidroelétrica, além de contar com fácil acesso à ferrovia

que liga a cidade a São Paulo, principal destino de sua produção. O local abrigou até 1964 um grande frigorífico que *foi instalado com maquinário importado, provavelmente o que havia de mais moderno para a época e manteve praticamente inalterado seu equipamento durante todos os anos de funcionamento* (BRANDÃO: 2000, 82), e sua atividade pode ser considerada como o motor do desenvolvimento econômico, infraestrutural e populacional da cidade.

Posteriormente, o maquinário do frigorífico foi vendido integralmente e o edifício foi adaptado para receber uma tecelagem também pertencente às IRFM, mas que após o desmembramento do grupo foi gerida pela companhia Cianê e mantida em funcionamento até o início da década de 90. Brandão (2000, 138) afirma que após anos de abandono, a construção de mais de vinte e dois mil metros quadrados foi adquirida pela prefeitura municipal de Jaguariaíva por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, que financiou um importante processo de revitalização do espaço com objetivo de nele instalar novas indústrias e alguns setores da administração pública local.

Figura 4: Frigorífico das IRFM em Jaguariaíva-PR (imagem: i9jaguariaiva.com.br)



Outro marco das atividades das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo no Paraná, no entanto, não goza de sorte semelhante. Construído dentro dos mesmos padrões arquitetônicos do frigorífico de Jaguariaíva, o complexo Matarazzo de Antonina representa um importante momento do progresso da economia industrial no estado, uma vez que inaugura na década de 1910 o primeiro porto particular do Brasil. Em fins do século XIX, a conclusão da estrada da

Graciosa e do ramal férreo que liga Curitiba a Antonina facilitou o escoamento da produção de gêneros alimentícios, propiciando que em Antonina se estabelecessem moinhos para o beneficiamento de trigo, sal, açúcar e erva mate, além do porto para a distribuição destes produtos. A imensa área passou a contar ainda com o casario da administração da empresa, residências operárias, e uma escola nomeada em homenagem a aos fundadores da empresa.

Entretanto, o assoreamento dos canais da baía, somado ao gradual desmembramento do império dos Matarazzo foi responsável pelo declínio das atividades do porto, que foi fechado em definitivo quando do encerramento das funções fabris no local em 1972. Objeto de disputa entre seus herdeiros, o complexo permanece desde então em completo abandono, e os entraves judiciais pelos quais passa vieram a público⁶ em agosto do último ano em razão da conclusão do processo de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Antonina, que abrange parte da área de construção do complexo e do porto. Apesar de o IPHAN prever a retomada da atividade portuária atrelada à recuperação de determinados imóveis pertencentes ao conjunto, a viabilização do plano esbarra na querela familiar sobre a propriedade, e os meios de sua execução ainda são incertos.

Figura 5: Moinho anexo ao Porto Matarazzo em Antonina, PR (imagem: portalantonina.com)



Embora algumas outras situações envolvendo antigos complexos

⁶ BELO, Carolina Gabardo. “Complexo Matarazzo é área de conservação – Conjunto centenário de barracões do primeiro porto particular do país está no centro de uma disputa familiar”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 de agosto de 2012.

industriais construídos no Paraná possam ser abordadas – tais como a readequação do edifício da fábrica de fitas e bandeiras Venske ou a recente destruição da sede histórica da Leão Jr. no bairro Rebouças em Curitiba – priorizamos ao longo deste capítulo alguns exemplos que podem, dentro de suas especificidades, ilustrar certas vicissitudes da preservação do patrimônio industrial, haja visto que o valor histórico da indústria e da memória do trabalho ainda não são amplamente compreendidos no panorama brasileiro. É importante também chamar a atenção para o silêncio dos documentos sobre o recurso à metodologia da arqueologia industrial para o estudo e planejamento de intervenções de recuperação do espaço, como veremos mais adiante nas reflexões sobre a formação da indústria ervateira no Paraná e a compreensão de seu legado enquanto patrimônio cultural, representado pelo tombamento e museificação do antigo Engenho do Mate da Rondinha, em Campo Largo, Paraná.

4. Tecnologia Ervateira

A presença da erva-mate no Brasil meridional foi bastante significativa. No Paraná, o desempenho de atividades relacionadas à sua cultura foi o motor da colonização das porções sul e oeste do território, *forçando a abertura de vias de comunicação, incrementando o povoamento, o fortalecimento da administração pública, o enriquecimento e a cultura*⁷, sendo de capital importância o processo local de instalação de engenhos e industrialização do beneficiamento deste produto. Por isso, à luz do estudo do patrimônio industrial, propomos nesta etapa do trabalho compreender num retrospecto histórico o desenvolvimento de técnicas e aparelhagem destinados ao processamento do mate nos moinhos paranaenses, buscando respaldo em documentos publicados sob a forma de boletins científicos em fins do século XIX e meados do século XX.

Dentre a vasta bibliografia disponível sobre esta cultura determinante na formação do estado, cabe destacar a *memoria monographica* desenvolvida pelo juiz de direito da comarca de Campo Largo Antônio Joaquim Macedo Soares, que, tendo sido enviada à comissão julgadora para participação na Exposição Nacional em 1875, foi publicada em dezembro daquele mesmo ano através do boletim da Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense. A publicação, que se reveste de caráter relativamente inédito, aponta que “*não existia ainda nenhum trabalho completo sobre a cultura, e preparação do matte*”⁸, e a análise de suas proposições quanto às técnicas de cultivo, manufatura e comércio da erva oferecem rico panorama interpretativo para o estudo do avanço técnico e desenvolvimento industrial na região, uma vez que corresponde temporalmente ao período do auge das atividades de produção do engenho de mate que foi a posteriori transformado em Museu do Mate.

O mencionado engenho é tido como um dos últimos, se não o único remanescente dentre aqueles movidos a força hidráulica, tendo sido construído nas proximidades do rio Rondinha pelo coronel Carlos José de Oliveira Franco e Sousa,

⁷ PARANÁ. *Parque Histórico do Mate*. Curitiba: SECE, 1984.

⁸ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *O Mate do Paraná*. In: REVISTA AGRÍCOLA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Vol. 6 – N.4 dezembro de 1875. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1875.

que fixou moradia na região em 1806. A fábrica de chimarrão do coronel Carlos Franco é citada inclusive na monografia de Macedo Soares dentre “*outras de mais ou menos trafego, quasi todas collocadas no centro de heruaes abundantes, e cujas marcas são todas bem conceituadas nos mercados do Prata*”⁹, de forma a respaldar a afirmação de que “*dos heruaes do planalto de Curitiba é sem contestação o melhor o matte do Campo Largo*”¹⁰.

Motivada pela extenuação da atividade mineradora no litoral do território que viria a constituir o Paraná, a exploração dos ervais nativos com vistas ao processamento do mate para chimarrão se inicia de forma rudimentar, lançando mão de uma aprendizagem técnica de preparo que “*só pode ter sido recebida do índio e do índio distante, uma vez que se leve em conta a não existência de índios no primeiro planalto por ocasião de sua primeira frequência pelos colonos brancos*” (LINHARES: 1968, 236). Neste momento inicial, Linhares (1968) também destaca que predominava “*o engenho de soque à força humana, que prevaleceu, é preciso acentuar, nos primórdios, bem no início quando o mate não era exportado*”.

A introdução de melhorias no beneficiamento do mate é atribuída à influência do comerciante argentino Francisco Alzagaray, que tendo se instalado em Paranaguá em 1830 foi responsável pela disseminação de técnicas de processamento, fabrico e armazenamento similares às práticas correntes em terras platinas e paraguaias, além do estabelecimento de canais para a exportação em larga escala do mate paranaense. A complexificação do processamento da erva mate teve continuidade com o surgimento de engenhos de soque movidos por força hidráulica, como os fundados no litoral paranaense por Manuel Miró e Antônio Ricardo dos Santos, que deram início a um aproveitamento industrial da erva voltado para sua comercialização externa (WESTPHALEN, 1971: 1). Desse modo, de acordo com Pereira (1996, 50)

não se pode pensar, até o início do século XIX, num desenvolvimento tecnológico que tenha surgido de forma autônoma no Paraná. Teríamos, muito provavelmente, a importação de um 'pacote tecnológico' jesuítico, originário do Paraguai.

9 Idem, p.183.

10 Ibid.

Face à difusão dessa tecnologia de processamento do mate oriundo dos ervais nativos veio a formar-se no Paraná um sistema de fábrica bastante peculiar se comparado à estrutura que predominava no Brasil colonial, diferindo em essência pela associação do recurso da tração hidráulica à utilização de mão-de-obra livre assalariada (PEREIRA, 1996: 50). Assim, a concepção desse sistema, ainda que bastante incipiente, pode ser considerada como elemento fundamental para o surgimento de uma nova lógica do trabalho até então inaudita no Brasil colonial.

Neste contexto, o próprio sentido do qual se encontrava imbuído o termo “fábrica” ainda não designava o conceito como hoje o conhecemos. Pereira (1996) aponta que em séculos anteriores a palavra fábrica denotava o conselho de leigos e religiosos responsáveis pela administração de uma paróquia, seus bens e rendimentos, estando, portanto, associada à “*atividade de administrar da maneira mais lucrativa possível um determinado conjunto de bens e, por extensão, qualquer atividade intensiva*”¹¹. Deste modo, seria necessária ainda uma série de transformações sociais e econômicas para que o conceito passasse a abarcar atividades manufatureiras e o edifício onde onde estas tomam lugar.

A significação do conceito de fábrica se expandiria num contexto paranaense a partir de fins do século XVI, quando passaria a abranger também o domínio de meios para produção e obtenção de lucro, tais como posse de escravos ou de ramais de comércio e exportação. Assim, o crescente envolvimento da figura do exportador no processo de beneficiamento do mate teria motivado o direcionamento das atividades fabris para um lugar específico, uma edificação onde seriam concentradas todas, ou a maior parte, das etapas do processamento.

A casa de soque manual, que não contava com uma configuração arquitetônica específica, foi largamente utilizada nos primórdios da exploração ervateira, tendo sido posteriormente substituída pelo engenho hidráulico, este sim marcado por uma edificação de funcionalidade melhor definida. Esta transição marca a corporificação da atividade de fabricar, que com isso ganha dimensão material e um local concreto caracterizado pelas práticas sociais que nele se desenvolvem.

¹¹Idem.

A organização fabril do beneficiamento industrial da erva mate deriva de um sistema de *putting out*, sistema segundo o qual

o comerciante fornecia ao artesão a matéria-prima necessária à fabricação das mercadorias. Dessa forma, os comerciantes se preveniam contra fraudes, desvios e adulterações nas mercadorias. Contudo, os produtores continuavam a produzir em suas próprias oficinas ou domicílios, o que impedia os comerciantes de fiscalizar efetivamente se os produtos adquiridos atendiam aos padrões de qualidade desejados. (OLIVEIRA, 2001: 18)

Todavia, ao se refletir sobre a sistematização da produção ervateira no Paraná, deve-se ter em mente que, embora este método tenha se desenvolvido num sentido semelhante ao da industrialização europeia, sua implementação era algo bastante incipiente. O Brasil experimentara durante todo o período colonial o aperfeiçoamento da lógica do trabalho nos engenhos açucareiros, onde a concentração de trabalhadores e racionalização das funções foram organizadas num sistema fabril considerado como “pré-capitalista”, e ao apogeu de sua atividade seguiu-se um período de decadência durante o qual

[...] uma determinada expressão do sistema de fábrica, inevitavelmente, acabou se impondo sobre outras formas de organização social do trabalho, posto que essa expressão manchesteriana respondia de maneira estratégica às próprias necessidades da acumulação do capital. (DECCA: 1982, 70)

Afeito ao modo de produção capitalista, o sistema fabril que prepondera na economia do mate preza pela mecanização da produção e pelo recurso à mão-de-obra livre assalariada. No entanto, antes disto representar um indício de modernidade, esse aspecto demonstra a fragilidade de uma atividade econômica ainda não hegemônica, isto é, por tratar-se de uma atividade nascente, a burguesia ervateira ainda em formação teria sido levada precocemente a adquirir força de trabalho livre no mercado (PEREIRA, 1996: 52). Assim, a conveniência acaba por determinar que o lucro gerado pela produção e comércio do mate seja investido não na aquisição de escravos, mas na aquisição da maquinaria que

permitiria maior controle sobre a qualidade do produto, suas etapas de produção e, conseqüentemente, sobre a atividade dos trabalhadores.

O fim século XIX testemunha um período de intensa tecnificação da indústria ervateira. Além do uso em larga escala da roda d'água, dá-se início à utilização da força a vapor, e a parcelização das etapas de produção somada ao rápido avanço da mecanização nos engenhos paranaenses abrem espaço para o que Linhares (1968) classifica como sendo a 'terceira fase' deste ciclo econômico;

Essa terceira fase não se caracteriza somente pelo maior emprego do motor a vapor, mas especialmente pelo funcionamento mais racional do sistema de benefício, tudo se interligando condutores que levavam a erva do forno de secagem para os pilões, as peneiras, os misturadores e o invólucro, no que merece ser ressaltada a capacidade inventiva de de notável engenheiro brasileiro, autor, segundo a expressão feliz de Newton Carneiro, de uma 'verdadeira revolução na indústria ervateira' (LINHARES: 1969, 171)

Linhares destaca no trecho citado acima a ação determinante de um engenheiro nativo paranaense na criação e introdução de novas tecnologias de beneficiamento da erva mate. Francisco de Camargo Pinto regressa a Curitiba em 1878 após um longo período de permanência na Europa onde adquirira educação formal e se especializara em produção industrial. Qualificado como *production expert*, Camargo Pinto se instala numa fazenda nas proximidades da capital paranaense, onde põe-se a trabalhar no desenvolvimento de equipamentos para a automatização da produção industrial do mate.

As suas invenções principais – só na parte relacionada com a indústria do beneficiamento do mate, citadas pelo mesmo historiador¹², que ainda informa só arrolar as que podem ser documentadas – foram as seguintes: 1ª – Moedor mecânico; 2ª – Abanador mecânico; 3ª – Separador Mecânico; 4ª – Torrador; 6ª misturador mecânico. Todos esses aparelhos, com alguma coisa a mais, muito pouca coisa, de resto, é que ainda hoje constituem uma fábrica modelo de beneficiar mate. (LINHARES: 1969, 181)

Não coincidentemente, a cada uma das máquinas introduzidas pelo

12O autor faz referência a David Carneiro, biógrafo do engenheiro Camargo Pinto.

engenheiro corresponde uma etapa do processamento antes desempenhada por mãos humanas. Deste modo, tais bases técnicas se tornam importantes muito mais em função das necessidades de disciplina, controle do trabalho e economia de mão-de-obra do que pela sua eficácia (DECCA: 1982, 67), uma vez que não representam de imediato proveito econômico de maior vulto para o proprietário da indústria. Isto se torna evidente no seguinte trecho da monografia do juiz Macedo Soares:

[...] soca por dia o engenho de vapor 40 cestos, o d'água, 30 (mínimo). Cada cesto bruto pesa 3 arrobas. Para apromptar os 40 cestos, consome o cylindro torrador 300 achas de lenha que se vende a 600 rs. o cento. Si é o engenho á vapor, gastam-se mais 500 achas na machina. Temos, pois, despeza de combustível: o engenho d'água, menos de 2\$; a vapor, menos de 5\$ diários. (SOARES, 1875)

Outro importante relato sobre a atividade ervateira foi legado pelo professor francês Louis Couty que, recebido no Paraná em 1879, se lança ao estudo do mate e encontra na fábrica de Ildefonso Pereira Correia – o Barão do Serro Azul – o ambiente e maquinaria que consideraria ideais para o desenvolvimento de um processo industrial mais eficiente e de um produto final de melhor qualidade:

[...] quand on songe au chemin parcouru en trois à quatre ans, quand on compare les esclaves, leurs tamis a larges mailles, et les grossiers pilon, à ces instruments et à ces séparations rapides et régulières, on peut féliciter de ces résultats Mr. Correia, et le collaborateur qu'il a su choisir ou accepter. On est certain de posséder déjà un outillage sûr et complét, quoique susceptible encore de perfectionnements, et le consommateur d'Europe pourra compter sur des produits réguliers et semblables à eux-mêmes. (COUTY: 1880, 62)¹³

¹³"quando pensamos no caminho percorrido em três a quatro anos, quando comparamos os escravos, suas peneiras de malhas largas e os grossos pilões com estes instrumentos e com estas separações rápidas e regulares, podemos felicitar por estes resultados o Sr. Correia e o colaborador que ele soube escolher ou aceitar. Estamos certos de já possuir um instrumento seguro e completo, ainda que suscetível de aperfeiçoamentos, e o consumidor da Europa poderá contar com produtos regulares e semelhantes a eles mesmos". Tradução livre.

Podemos considerar que as transformações responsáveis pela consolidação da indústria da erva mate se deram num período bastante curto. Menos de um século se passara entre a introdução da roda d'água nos primeiros engenhos do litoral paranaense e a proliferação das chaminés e máquinas que teriam sido outrora consideradas delírios de uma mente inventiva. Neste prazo, fomentaram-se ao redor do setor ervateiro uma série de indústrias correlatas, tais como curtumes, que fabricavam os surrões de couro onde era armazenada a erva processada e madeireiras, que forneciam as achas de lenha necessárias ao abastecimento das caldeiras dos engenhos, além das barricas, que viriam a substituir o uso dos surrões de couro para o transporte do produto. Cabe mencionar inclusive o desenvolvimento da indústria metalúrgica, da qual o caso mais proeminente é o da Fundação Mueller & Irmãos¹⁴, e da tipografia dos rótulos, mérito sobre o qual Boguszewski publicou em 2007 um minucioso trabalho de pesquisa.

Mais que inaugurar a era contemporânea no estado, a industrialização da produção ervateira incentiva a formação de uma mentalidade cosmopolita voltada para a racionalização do trabalho e acúmulo do capital, transformando as dinâmicas sociais responsáveis por uma nova configuração da sociedade através da formação de uma poderosa burguesia ervateira. O surgimento da indústria dá início também a modificações nas interações espaciais, favorecendo a diferenciação entre os ambientes rural e urbano, e é neste último que vem a encontrar o meio do qual viria a tornar-se parte indissociável.

¹⁴Ver Linhares (1968, 176) e Boni (2001).

5. O Patrimônio do Mate

As transformações desencadeadas pelos primeiros passos da industrialização regional foram fundamentais no sentido de construir concreta e simbolicamente um sentido contemporâneo de cidade. Todavia, a cultura industrial em nosso estado sempre esteve muito atrelada às atividades agropastoris, sendo o desenvolvimento econômico do setor secundário de ordem muito recente.

Uma vez que nosso objeto de estudos é determinado pela metodologia da arqueologia industrial, a proximidade da agricultura é uma particularidade que o marca de maneira indelével. Consequentemente, para atender ao propósito de interpretar o legado da indústria ervateira paranaense num contexto voltado para o patrimônio industrial é necessário, nesta etapa final do trabalho, compreender de que maneira esta característica o delimita. Sendo assim, através de registros do IPHAN, da antiga SECE, documentos em arquivo do CEPHA, além de alguns estudos circunstanciais, procuramos compreender, num primeiro momento, a representatividade que esta categoria de patrimônio encontra em esfera pública governamental, para por fim expor algumas de suas particularidades.

A proteção de bens de natureza industrial na esfera federal é algo muito incipiente. A arquitetura de grandes prédios e galpões, voltada quase exclusivamente para resistência e funcionalidade é algo que contrasta fortemente com a estética barroca e colonial prezada pelo órgão federal de preservação do patrimônio. A prioridade dada pelo SPHAN – posteriormente pelo IPHAN – ao tombamento de conjuntos patrimoniais relacionados ao período colonial, especialmente itens religiosos e ligados ao barroco, fica patente quando observamos a relação de bens preservados e os artigos publicados em seus boletins. Diniz (2008, 18) argumenta que esta seria uma preferência derivada das diretrizes de orientação modernista do órgão, sendo a única menção a bens fabris relacionada a um contexto proto-industrial:

As modalidades da produção econômica que condicionaram os ciclos sucessivos do desenvolvimento nacional, - o ciclo do açúcar, o da mineração e o do café -, com as intercorrências da produção pastoril e siderúrgica, ressurgem dramaticamente assim nas velhas sedes de

engenhos e fazendas, como nos remanescentes das lavras e das fábricas primitivas, nas regiões em que ocorrem. (ANDRADE, 1987 apud. DINIZ, 2008: 19)

O reconhecimento simbólico do valor patrimonial de bens relacionados à evolução da técnica e da indústria é assinalado por sua preservação em esfera oficial. No entanto, a reduzida quantidade de bens industriais tombados em nível federal evidencia o quanto esta cultura é incipiente. Isto pode ser observado no quadro elaborado por Dezen-Kempter (2011, 117) a partir de dados coletados junto ao IPHAN.

Quadro 1: Bens industriais tombados pelo IPHAN

Estado	Ano	Bem Cultural Material Tombado
Amazonas	1985	Reservatório de Mocó
	1987	Mercado Municipal
	1987	Porto de Manaus: conjunto arquitetônico
Bahia	1942	Engenho Lagoa: sobrado e capela
	1943	Engenho Embiara: sobrado
	1943	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar
	1943	Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo e banheiro
	1944	Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e capela Nossa Senhora da Piedade
	1944	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela
Maranhão	1981	Sítio do Físico: ruínas
	1987	Fábrica Santa Amélia
	1998	Engenho Central São Pedro
Minas Gerais	1938	Fábrica de Ferro Patriótica
	1989	Complexo ferroviário de São João Del Rey
	2003	Cataguases: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico
Pará	1977	Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico
Paraíba	1984	Fábrica de Vinho Tito Silva
Pernambuco	1962	Engenho Poço Comprido: casa grande e capela
Paraná	1985	Engenho do Mate
	1938	Jardim Botânico
	1954	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso
	1967	Palácio de Cristal e Praça da Confluência

Rio de Janeiro	1985	Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva
	1998	Base aérea Santa Cruz: hangar de zepelins
	2008	Estação Dom Pedro II (Central do Brasil)
Rio Grande do Norte	1964	Engenho do Cunhau: ruínas da capela
Rondônia	2008	Pátio ferroviário estrada de ferro Madeira-Mamoré, bens móveis e integrados
Rio Grande do Sul	1983	Cais do Porto: pórtico central e armazéns
Santa Catarina	1998	Ponte Hercílio Luz
São Paulo	1963	Engenho dos Erasmos: ruínas
	1964	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: remanescentes
	1985	Casarão do Chá
	1996	Estação da Luz
	2004	Conjunto das edificações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro
	2004	Estação ferroviária de Mayrink
	2008	Vila ferroviária de Paranapiacaba

(Fonte: DEZEN-KEMPTER, Op. Cit. p.117)

Os dados apresentados através da tabela comprovam a limitada representatividade do patrimônio industrial na esfera patrimonial brasileira. O quinhão que cabe ao patrimônio – e à indústria – paranaense está representado pelo Engenho do Mate, engenho de soque hidráulico que foi inscrito no livro do tomo estadual de número 19 no ano de 1968, tendo sido reconhecido em nível nacional em 1980/81.

Localizado no distrito de Rondinha, nas proximidades de Campo Largo, o chamado Engenho Velho¹⁵ tem sua construção datada de aproximadamente 1870 e é atualmente o último exemplar preservado de espaço fabril dedicado ao beneficiamento da erva mate no estado. Suas características arquitetônicas são comparadas em boletim do SPHAN “às dos engenhos de açúcar e farinha do Recôncavo Baiano, por estar instalado no sopé de um morro, beneficiando-se de um curso d’água como força motriz”¹⁶.

15 Segundo consta em documentação interna da SECE.

16 Boletim SPHAN/FNpM. Brasília, MEC/FNpM n. 33, 1988, p. 15.

Figura 6: Casa de soque e roda d'água do Engenho de Mate anteriormente ao processo de restauração. (imagem: Agência de Notícias do Estado do Paraná)



A construção se integra ao relevo acidentado da planície ocupando uma área aproximada de 21 hectares, e é descrita em certidão do cartório de registro de imóveis da comarca de Campo Largo¹⁷ do seguinte modo:

Um imóvel rural, constituído de partes de terras de campo, banhado e cultura, que somam a área superficial de 13,5 alqueires e mais 1.180,00m² mais ou menos, ou sejam, 327.880,00m² (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e oitenta metros quadrados) m/menos, contendo um moinho para a fabricação de fubá e outros derivados do milho, que data do século XIX, o qual está sendo incorporado ao Patrimônio Histórico Nacional, em razão do tombamento Histórico.

Uma casa residencial de alvenaria-tijolos, coberta com telhas de barro, acabamento normal medindo 72,00m² de área construída; além de outras benfeitorias.

Os documentos pecam em não apresentar uma descrição mais acurada do complexo, ou do equipamento fabril nele se encontrava em relativo estado de integridade. Transformações na estrutura do imóvel teriam sido realizadas em 1896 quando foi adquirido pelo agricultor Pedro Paulo Marchioratto,

¹⁷ Livro nº2 Registro Geral. Matrícula nº 3.186. Data: 10/agosto/1978.

que “demoliu o forno, retirou a bateria de pilões, construiu um mezanino e alterou o telhado, para adaptar o programa de funcionamento do engenho de mate ao fabrico de milho”¹⁸, e em cuja família permaneceu como propriedade até sua aquisição por parte do governo do estado do Paraná em 1978.

Contudo, antes de proceder à descrição do processo de tombamento do Engenho do Mate importantes questionamentos se colocam diante de nós. Tendo em vista que o moinho fora reconvertido para outra funcionalidade ainda no século XIX, como se deve proceder quando as alterações no espaço datam de um contexto histórico? E ainda, revertê-las não seria de certo modo violar o passado histórico da construção?

A questão do uso na preservação arquitetônica surpreendentemente, não representa um debate recente. Rodrigues e Camargo apontam que:

Um exemplo interessante dessa ainda incipiente noção sobre a relevância do uso para a preservação e o restauro, foi a postura de Michelangelo (1475-1564) quando chamado para a transformação das Termas de Diocleciano em Igreja Santa Maria dos Anjos, onde inseriu apenas os elementos necessários de forma criativa e criteriosa adequando para a nova função, respeitando a espacialidade original e preservando o aspecto de ruína exterior, proposta muito próxima aos conceitos de mínima intervenção mais recentes. (KÜHL apud. RODRIGUES e CAMARGO, 2010)

A evolução desta discussão acompanha o desenvolvimento da compreensão sobre patrimônio histórico e memória coletiva, e ganha vulto no século XIX com posições categóricas de intervenção ou não-intervenção absoluta assumidas pelas partes de Viollet-le-Duc e John Ruskin respectivamente (RODRIGUES e CAMARGO, 2010: 143).

Assumindo posicionamento alinhado com práticas restauracionistas, a comissão responsável pelo patrimônio histórico federal, em consonância com o órgão estadual, inscreve em 24 de abril de 1985 o Moinho do Mate nos livros do tomo histórico e de belas artes através do processo de número 1119-T-84. A justificativa endossada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico Nacional é

¹⁸ *Ibid.*

expressa nas palavras de Eduardo Kneese de Mello:

Considero plenamente justificável a proposta de seu tombamento, tendo vista seu aspecto histórico; o que a erva-mate representa para todo o Brasil; pelo estado em que se encontra o monumento, restaurado pelo Patrimônio do Paraná e ainda pelo rico material colhido e atualmente exposto no Museu.¹⁹

A inscrição nos livros do tombo viabilizou a elaboração de um plano de restauro visando redirecionar a funcionalidade do espaço para fins públicos através da museificação da área construída e criação de um parque que preservasse a paisagem na área circunvizinha. Todavia, em toda a documentação analisada, seja em arquivos da Secretaria de Estado da Cultura, correspondências internas, ou materiais de publicação do IPHAN prescinde-se das características industriais do complexo e não há qualquer relação, ainda que subjetiva, com a metodologia de estudo da Arqueologia Industrial.

Financiado pelo governo estadual, o plano de restauro previa numa primeira etapa a identificação, catalogação e restauro dos equipamentos utilizados no processamento da erva mate para com este material compor o acervo museológico de forma a reconstituir cada etapa do processo produtivo, constituindo esta a única aproximação de uma abordagem de interesse industrial.

As modificações feitas ainda no século XIX puderam ser revertidas após a identificação das antigas fundações, que permitiram a reconstituição da planta baixa da construção necessária para pautar o plano de reparos necessários no piso, cobertura, esquadrias das janelas, vedação e estrutura de sustentação do telhado, segundo projeto elaborado pelos arquitetos Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e José La Pastina Filho. A degradada paisagem rural que circundava a área do engenho, nas imediações da BR 277, sofreu uma série modificações para acomodar certas facilidades necessárias à existência de um parque público. Estrutura com banheiros, churrasqueiras e um espelho d'água foram acrescentados ao espaço que passou a ser chamado Parque Histórico do Mate.

Um segundo processo de restauração foi levado a cabo no ano de

¹⁹ *Ibid.*

2004 utilizando verba federal através da 10ª superintendência regional do IPHAN, e desde então o Museu do Mate permanece como unidade atrelada ao Museu Paranaense, sendo intermitentemente aberto à visitação pública. O parque conta inclusive com recurso de visitação virtual em 360 graus disponível no website do Museu Paranaense (<http://www.tourvirtual360.com.br/parquemate/>).



Figura 7: Parque Histórico do Mate (imagem: Secretaria de Turismo do Paraná)

Ao se observar as características arquitetônicas do complexo ervateiro preservado no Moinho do Mate fica evidente que sua configuração difere sobremaneira do espaço fabril como lugar de memória da industrialização urbana. Numa visão otimista, esta especificidade pode ser percebida como uma particularidade da consolidação agroindustrial paranaense, de um momento em que, muito antes de os galpões e chaminés dominarem a paisagem, a roda d'água foi símbolo de inovação. O distanciamento de áreas urbanas foi neste caso específico um fator determinante para sua preservação quase integral ao longo do último século, antes de uma possível intervenção pública de proteção e restauro.

Tendo sido, portanto, poupado à velocidade das transformações espaciais determinadas pelas dinâmicas urbanas, o Engenho do Mate permanece como último remanescente representativo da economia ervateira no estado, e único

bem de natureza industrial preservado em esfera federal no Paraná. Sob a ótica do Patrimônio Industrial mostra-se, no entanto, como a desconcertante imagem do quanto a consciência de preservação dos lugares de memória relacionados ao desenvolvimento da indústria ainda tem por evoluir.

Conclusão

Compreender em que constitui o Patrimônio Industrial e qual a representatividade desta categoria de patrimônio no cenário cultural paranaense constitui o principal foco deste trabalho. Longe ainda de representar uma área de destaque do patrimônio cultural, o Patrimônio Industrial é um campo que desperta interesse em razão de suas muitas peculiaridades. Assim, entender o lugar que as grandes construções industriais ocupam na malha urbana exige que pensemos não apenas nas muitas interações sociais e econômicas que ditam os modos de ocupação da cidade e apropriação dos espaços físicos, mas também nos espaços memoriais construídos pelo legado do trabalho e da tecnologia. Diante de fenômenos como a desindustrialização e uma reestruturação econômica baseada no comércio internacional, o esvaziamento destes espaços de memória desestabiliza certos sentidos simbólicos de viés patrimonial, ao mesmo tempo em que põe em cheque a possibilidade de preservação de seus principais monumentos.

Partindo destas reflexões nos foi possível compreender as motivações que levaram à mobilização de determinados segmentos da sociedade civil inglesa em fins da década de 50 em torno da preservação de marcos memoriais relacionados à Revolução Industrial como forma de valorização de um recente passado industrial baseado em vestígios de práticas e ofícios diretamente relacionados com a construção de nossos conceitos de modernidade. As relações simbólicas estabelecidas neste âmbito ganham assim corpo tátil através de representações estéticas e finalidades funcionais atribuídas ao bem arquitetônico, que passa a ser objeto primordial de interesse do Patrimônio Industrial.

Nossa compreensão sobre a natureza do Patrimônio Industrial destaca a dualidade interpretativa de suas fontes em detrimento da metodologia proposta pela Arqueologia Industrial, de modo que foi priorizada uma abordagem do objeto voltada não apenas para a materialidade destes testemunhos de vida e trabalho no passado, mas para a viabilidade do aprendizado destes temas através de suas fontes. Assim, tornaram-se prioridade em nossa busca tanto a ênfase no propósito de conservação do legado industrial, quanto a viabilidade de análise deste objeto

num sentido de estabelecer traços da cultura do trabalho dotados de significado social.

Ao adentrar o universo cultural fomentado pela indústria da erva mate no estado do Paraná, deparamo-nos com uma série de outras especificidades que se somariam às características desta categoria de patrimônio, pois, ao longo do desdobramento do sistema de *putting out* para uma forma de proto-indústria e, por fim, para a indústria nos moldes europeus como a conhecemos, foram estabelecidas diversas interações responsáveis pela formalização de uma distribuição racional do trabalho livre voltada para o acúmulo do capital. Como consequência disto, encontramos a atribuição de novo sentido ao conceito de fábrica, isto é, apropriação de um espaço físico construído para o desenvolvimento de atividades fabris, além do florescimento econômico de um estrato social burguês em consonância com uma mentalidade cosmopolita. Prova disto são os avanços tecnológicos viabilizados pelo engenheiro Francisco Camargo Pinto, de formação europeia, e a contratação do especialista francês Louis Couty para o estudo do desenvolvimento industrial do mate paranaense.

Entretanto, a despeito do imenso valor do legado da economia ervateira para o desenvolvimento do Estado, resta um único bem preservado em esfera federal que representa a grandiosidade deste patrimônio, e explorar o processo de tombamento do Engenho do Mate foi o meio que encontramos de expor as enormes lacunas do sistema de registro e salvaguarda do patrimônio histórico, pois, diante da destruição indiscriminada de marcos da cultura industrial paranaense, como se vê em Curitiba os recentes casos da demolição da antiga fábrica Leão Jr. & Cia e do abandono do moinho Tibagy Ildefonso, que segue pelo mesmo rumo, tornam-se evidentes os enormes prejuízos acarretados pela não-gestão do Patrimônio Industrial.

Tendo isto em mente, este trabalho tem como perspectiva favorecer a abertura de um diálogo entre pesquisa e salvaguarda do patrimônio cultural para estendê-lo aos bens de natureza industrial, evitando assim que se continuem a se perder incontáveis oportunidades de promoção da educação, turismo e cultura.

Fontes

Boletim SPHAN/FNpM. Brasília, MEC/FNpM n. 33, 1988, p. 15.

CARTA DE NIZHNY TAGIL Sobre o patrimônio industrial, em português. Disponível em <http://www.patrimonioidustrial.org.br>.

COUTY, Louis. *Le Maté et les Conserves de Viande – Rapport À Son Excellence Monsieur Le Ministre De L'agriculture Et Du Commerce*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

LIMA, F. H. B; MELHEM, M. M; POPE, Z. C. (Org.). Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN: 1938-2009. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MIO, João de. *Notícias históricas sobre a erva mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba a datar de 1888 a 1950*. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Vol.5. Curitiba: Papelaria Requião, 1951. p. 47-60.

PARANÁ. *Parque Histórico do Mate*. Curitiba: SECE, 1984.

SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *O Mate do Paraná*. In: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Vol. 6 – N.4 dezembro de 1875. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1875.

Bibliografia

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A Busca de Valores identitários: A Memória Histórica Paranaense*. 207f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2007.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. *Rebouças: O bairro na história da cidade*. In: Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural, v.26, n.124, maio 2000.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma História Cultural da Erva Mate: o alimento e suas representações*. 2007, 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

BONI, Maria Ignês Mancini de. *A Empresa Mueller e a Industrialização do Paraná*. Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 23, FCHLA 03, p. 107-116, Curitiba, out. 2001.

BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes & Textos, 2010.

BRANDÃO, Angela . *Memórias: Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva*. Curitiba: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2000.

BUCHANAN, R. Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

CARTA DE BURRA de 1980 Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em português. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>.

CASTELLO, Lineu. *Da sustentabilidade da subjetividade: o projeto IBA Emscher Park*. Arqtextos, São Paulo, 04.042, Vitruvius, nov. 2003 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.042/636>>.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001
Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. Espirais do Tempo. Disponível em <http://patrimoniocultural.pr.gov.br/>

DECCA, Edgar de. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEZEN-KEMPTER, E. O lugar da indústria no patrimônio cultural. *Labor & Engenho*, Campinas [Brasil], v.5, n.1, p.107-125, 2011. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado – História e fundamentos da Arquitetura e Urbanismo FAUUSP) 205p.

DITTMAR, A. C. C. *Paisagem e morfologia de vazios urbanos: análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba, Paraná*. 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge. *Caminho do Oriente – Guia do Patrimônio Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FONTES, P. *Mapeando o patrimônio industrial em São Paulo*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br>>.

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial. *Revista de História Regional* v.01/2007. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Kenneth. *A Guide to Industrial Archaeology in Europe*. Madison: Fairleigh Dickinson University Press, 1971.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

KLOSS, Maria Ester Contín de Oliveira. *Requalificação do Espaço Urbano como fundamento à Gestão da Paisagem: ensaio metodológico na região do Rebouças, Curitiba – Paraná*. 245f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de Ferro do Paraná 1880 – 1940*. 201f. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre sua Preservação*. São Paulo, Ateliê Editorial; Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998.

MAWAKDIYE, Alberto. *Destroços urbanos: Falta de preservação ameaça história da indústria brasileira*, *Problemas Brasileiros* 374 (March- April 2006).

Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfmEdicao_Id=239&breadcrumb=1&Artigo_ID=3759&IDCategoria=4134&reftype=1.

MENEGUELLO, Cristina. *Da Ruína ao Edifício: Neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

_____. *Industrial heritage in Brazil – approaches and perspectives*. In: XIII International Congress of The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), 2006. Disponível em <http://www.mnactec.com/ticcih/>

MOREIRA, Danielle Couto. *Arquitetura Ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João Del-Rei e Juíz de Fora (1875-1930)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=194&lang=pt-br

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. *Patrimônio Industrial na cidade de Marília – SP: preservação e descaso*. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - v.3 n.1 - jan/jun de 2010 Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *Conjuntos ferroviários e de navegação fluvial no oeste paulista: considerações teórico-metodológicas*. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/>.

PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter. *Industrial Archaeology – Principles and Practitice*. Londres: Routledge, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando Iras Rumo ao Progresso*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

ROSA, Carolina Lucena. *O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

RODRIGUES, A; CAMARGO, M. *O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo*. Rev. CPC, São Paulo, n. 10, out/2010.

RODRIGUES, M. *Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória*. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As Indústrias Matarazzo no Interior Paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WEBER, Max. *La Ciudad*. Madrid: La Piqueta, 1987.

WESTPHALEN, Maria Cecília. *Navios e mercadorias no porto de Paranaguá nos meados do século XIX*. In: *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – Portos, Rotas e Comércio*. Vol.1. São Paulo, 1971.

YAMAWAKI, Yumi; DUARTE, Fábio. *Shopping centers e recuperação urbana: estudo empírico de uma contradição teórica*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 32 - 51, jan./abr. 2010. Disponível em http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/64715_7326.PDF

ZANON, Marcos Afonso. *Oleiros do Umbará: História e Tecnologia, 1935 – 2000*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

ZEQUINI, Anicleide. *O Quintal da Fábrica – industrialização pioneira do interior paulista, Salto-SP séculos XIX e XX*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

ZUKIN, Sharon. *Loft living*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.